



PORTARIA Nº 388, DE 05 DE SETEMBRO DE 2017

Dispõe sobre normas para Lotação, Exercício e Remanejamento de servidores integrantes da Carreira Magistério Público do Distrito Federal e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições previstas no art. 172 do Regimento Interno da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, regulamentado pelo Decreto nº 31.195/99, bem como no art. 105, § único, III, da Lei Orgânica do Distrito Federal;

considerando a Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, que institui o regime jurídico dos servidores públicos civis da administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal;

considerando a Lei nº 5.105, de 03 de maio de 2013, que dispõe sobre a Carreira Magistério Público do Distrito Federal;

considerando a necessidade de definição de critérios para lotação, exercício e remanejamento dos servidores integrantes da Carreira Magistério Público do Distrito Federal, inclusive os readaptados, para que os interessados possam concorrer em igualdade de condições e considerando o interesse da Administração na gestão de pessoas, RESOLVE:

Art. 1º Aprovar normas para lotação, exercício e remanejamento dos servidores integrantes da Carreira Magistério Público do Distrito Federal, constantes no Anexo Único desta Portaria.

Art. 2º Atribuir à Subsecretaria de Gestão de Pessoas, à Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação, à Subsecretaria de Educação Básica; às Coordenações Regionais de Ensino, às unidades escolares e unidades parceiras, no que couber, a responsabilidade pela aplicação e operacionalização destas normas, bem como pelo seu controle e fiel observância.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as Portarias nº 317, de 29 de setembro de 2016 e [nº 415, de 07 de dezembro de 2016](#), e demais disposições em contrário.

JÚLIO GREGÓRIO FILHO

ANEXO ÚNICO

**NORMAS PARA LOTAÇÃO, EXERCÍCIO E REMANEJAMENTO DE SERVIDORES INTEGRANTES DA
CARREIRA MAGISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL**

**TÍTULO I
DAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES**

1 - Para efeito desta norma, entende-se por:

1.1 - SERVIDOR: Professor de Educação Básica ou Pedagogo-Orientador Educacional, integrantes da Carreira Magistério Público do Distrito Federal;

1.2 - Servidor Readaptado: Servidor efetivo da Carreira Magistério Público, que sofreu redução definitiva da capacidade laboral, comprovada pela área de saúde pertinente;

1.3 - Laudo de Readaptação: Documento emitido pela área de saúde pertinente, contendo informação das atividades a serem desempenhadas, assim como as restritas;

1.4 - LOTAÇÃO: Situação funcional do servidor quanto à unidade administrativa na qual está em exercício, podendo ser definitiva, provisória ou de remanejamento a pedido;

1.5 - EXERCÍCIO: Efetivo desempenho das atribuições, onde o servidor está vinculado provisória ou definitivamente;

- 1.6 - REMANEJAMENTO EXTERNO: Mudança de lotação e exercício do servidor entre Coordenações Regionais de Ensino ou para unidade administrativa de nível central;
- 1.7 - REMANEJAMENTO INTERNO: Mudança do local de exercício do servidor entre unidades escolares ou parceiras vinculadas a uma mesma Coordenação Regional de Ensino;
- 1.8 - CARGA HORÁRIA: Jornada de trabalho que o servidor deve cumprir, conforme legislação específica;
- 1.9 - UE: Unidade escolar;
- 1.10 - UEE: UNIDADES ESCOLARES ESPECIALIZADAS - Centro de Ensino Especial (CEE), Centro de Ensino Especial para Deficientes Visuais (CEEDV), Escola Bilíngue Libras e Português Escrito de Taguatinga (EBT), unidades escolares que ofertam Educação Profissional, Centro Integrado de Educação Física (CIEF), Núcleos de Ensino das Unidades de Internação Socioeducativa, Centro Educacional 01 de Brasília (Núcleos de Ensino do Sistema Prisional), Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual (CAP), Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS);
- 1.11 - ENE: ESCOLAS DE NATUREZA ESPECIAL - Centro Interescolar de Línguas (CIL), Escola Parque, Escola do Parque da Cidade PROEM, Escola Meninos e Meninas do Parque (EMMP), Escola da Natureza;
- 1.12 - CARÊNCIA: Vaga que demanda por servidor para a prestação ou continuidade da prestação de serviço educacional, podendo ser definitiva, temporária ou provisória;
- 1.13 - CARÊNCIA DEFINITIVA: Vaga decorrente de vacância do cargo, destinada a servidor para a prestação ou continuidade da prestação de serviço educacional;
- 1.14 - CARÊNCIA TEMPORÁRIA: Vaga decorrente de motivos temporários, destinada a servidor para a prestação ou continuidade da prestação de serviço educacional;
- 1.15 - CARÊNCIA PROVISÓRIA: Vaga decorrente de motivos provisórios com tempo determinado, em substituição ao professor efetivo titular da vaga.
- 1.16 - CARÊNCIA PARA READAPTADO: Vaga destinada a servidores readaptados por UE/ UEE/ ENE;
- 1.17 - PCD: Pessoa com deficiência;
- 1.18 - PPP: Projeto Político-Pedagógico;
- 1.19 - Proposta de Trabalho de servidor readaptado: Estruturação da proposta de atuação do servidor readaptado, a ser integrada ao Plano de Ação do PPP da UE/ UEE / ENE;
- 1.20 - SIGRH: Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos;
- 1.21 - HABILITAÇÃO: Área de formação na qual o servidor está formalmente habilitado a desenvolver suas atividades, conforme registro no SIGRH;
- 1.22 - APTIDÃO: Habilidade adquirida pelo servidor para atuar em componente curricular especial, atendimento, UEE e/ou ENE, após aprovação por banca examinadora e, conseqüente emissão da Declaração de Aptidão e/ou Declaração de Atuação, nos termos da Portaria específica;
- 1.23 - COMPONENTES CURRICULARES ESPECIAIS/ATENDIMENTOS: Atendimentos previstos na Estratégia de Matrícula para as instituições especializadas ou para as UEs que ofertam atendimento interdisciplinar/complementar e componentes curriculares das Classes Especiais (DI/ DMU/ TGD/ TEA), das Classes Bilíngues (S/DA), Intérpretes (S/DA), das Classes de EJA Interventiva, do Programa de Educação Precoce, da Itinerância da área de DI, DF, DMU, TGD/ TEA, S/ DA, AH/ SD, DV e SC, dos cursos/ grandes áreas ofertadas na Educação Profissional, das Equipes de Apoio e de Recursos (AEE/ SR Específica - DV e SC, S/ DA, AH/ SD; SR Generalista/ Itinerância), do Projeto Educação com Movimento, do Projeto Centro de Iniciação Desportiva, do Programa Escola Comunidade Ginástica nas Quadras, do Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem (SEAA - EEAA/ SAA);
- 1.24 - SIGEP: Sistema Integrado de Gestão de Pessoas;
- 1.25 - SEEDF: Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal;

1.26 - UA: Unidade Administrativa, que pode ser de nível intermediário (Coordenação Regional de Ensino) ou central (Sedes I, II e III);

1.27 - Sede: Gabinete da SEEDF, seus setores vinculados e Subsecretarias; 1.28 - CRE: Coordenação Regional de Ensino;

1.29 - UP: UNIDADE PARCEIRA: Unidade ou instituição com a qual a SEEDF mantém vínculo sob publicação e vigência de Acordo de Cooperação Técnica, Termo de Colaboração ou Fomento ou Portaria Conjunta;

1.30 - SUGEP: Subsecretaria de Gestão de Pessoas;

1.31 - COGEP: Coordenação de Gestão de Pessoas;

1.32 - DIAD: Diretoria de Administração de Pessoas;

1.33 - GLM: Gerência de Lotação e Movimentação;

1.34 - GMOP: Gerência de Modulação de Pessoas;

1.35 - DISER: Diretoria de Acompanhamento e Apoio ao Servidor;

1.36 - GMEC: Gerência de Mediação de Conflitos;

1.37 - UNIGEP: Unidade Regional de Gestão de Pessoas;

1.38 - SUMTEC: Subsecretaria de Modernização e Tecnologia;

1.39 - SUPLAV: Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação;

1.40 - UNIPLAT: Unidade Regional de Planejamento Educacional e de Tecnologia na Educação;

1.41 - SUBEB: Subsecretaria de Educação Básica;

1.42 - UNIEB: Unidade Regional de Educação Básica;

1.43 - SEPLAG: Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão;

1.44 - SUBSAÚDE: Subsecretaria de Segurança e Saúde no Trabalho.

TÍTULO II DA SITUAÇÃO FUNCIONAL

CAPÍTULO I DA LOTAÇÃO

2 - A Lotação Definitiva é adquirida por:

a) Procedimento de Remanejamento Externo, observado o disposto nesta Portaria e em Edital próprio;

b) Permuta, observado o disposto nesta Portaria;

c) ingresso na SEEDF quando, no dia da posse, for encaminhado para carência definitiva em Centro de Educação Profissional, para atuar em componente curricular exclusivo de concurso/ atuação.

2.1 - Quando da publicação desta Portaria, aos servidores que estiverem na condição de Lotação Provisória e atuando em carência definitiva em Centro de Educação Profissional, e em componente curricular exclusivo de concurso/ atuação, será concedida, excepcionalmente, a Lotação Definitiva.

3 - A Lotação Provisória é dada ao servidor quando:

a) ingressar na SEEDF e, na posse, for encaminhado para qualquer uma das CREs. Excetuase o servidor encaminhado em conformidade com a alínea "c" do item 2;

b) retornar da Licença por Motivo de Afastamento do Cônjuge ou Companheiro, conforme art. 132 da Lei Complementar nº 840/2011.

3.1 - O servidor com Lotação Provisória será remanejado por interesse da Administração para novo exercício em qualquer CRE onde houver carência definitiva ou temporária.

3.2 - O servidor com Lotação Provisória deve participar do Procedimento de Remanejamento Externo para adquirir Lotação Definitiva.

3.2.1 - O servidor com Lotação Provisória que não for contemplado com bloqueio de carência no Procedimento de Remanejamento Externo será devolvido da UE de exercício para a CRE/UNIGEP e, em seguida, à GLM, no final do ano letivo, para ser encaminhado para novo exercício em qualquer CRE onde houver carência definitiva ou temporária.

4 - O Remanejamento a Pedido é a situação funcional do servidor que, a critério da Administração, exerce suas atividades em UA diferente de sua Lotação Definitiva.

4.1 - O servidor remanejado a Pedido, inclusive o remanejado por motivo de saúde ou de segurança, deve participar do Procedimento de Remanejamento Externo para adquirir Lotação Definitiva na CRE de seu interesse.

4.2 - O servidor remanejado a Pedido que não for contemplado com bloqueio de carência no Procedimento de Remanejamento Interno ou Externo será devolvido da UE de exercício para a CRE/UNIGEP e, em seguida, à GLM, no final do ano letivo, para ser encaminhado para novo exercício em sua CRE de Lotação Definitiva, ou em CRE onde houver carência definitiva ou temporária.

4.3 - O servidor que exercer suas atividades em unidade parceira estará na condição de remanejado a Pedido e permanecerá em sua atuação conforme instrumento de celebração e enquanto for do interesse das Partes celebrantes.

5 - O servidor que obtiver ampliação de carga horária de vinte para quarenta horas semanais adquirirá lotação na segunda carga, conforme a primeira.

6 - O servidor terá assegurado o retorno à CRE que possui Lotação Definitiva (CRE de origem), quando:

a) retornar de licença para o serviço militar;

b) retornar do afastamento para exercício de mandato eletivo, de acordo com o art. 158, da Lei Complementar nº 840/2011;

c) retornar de licença para tratar de interesses particulares;

d) retornar de licença para desempenho de mandato classista;

e) retornar de afastamento para exercício de cargo comissionado no âmbito dos Poderes;

f) retornar de afastamento para exercício em outro órgão ou entidade;

g) da exoneração de cargo comissionado no âmbito das UAs da SEEDF e das CREs;

h) do Remanejamento Externo a Pedido, com autorização da SUGEP;

i) da reversão de aposentadoria e da aposentadoria tornada sem efeito;

j) da reintegração, da recondução ou do retorno de vacância.

7 - O servidor que, no decorrer do ano letivo, após o Procedimento de Distribuição de Turmas/ Carga Horária e Atribuição de Atendimentos/ Atuação, for readaptado, deverá apresentar-se à CRE/UNIGEP, com o Laudo de Readaptação.

7.1 - O servidor readaptado poderá, mediante expressa manifestação, ter garantida sua permanência na UE/ UEE/ ENE, sendo mantida a condição de exercício anterior à readaptação, até o Procedimento de Atribuição de Atendimento/ Atuação seguinte, respeitados os critérios estabelecidos, salvo se houver indicação contrária no Laudo de Readaptação.

CAPÍTULO II DO EXERCÍCIO

8 - O Exercício Definitivo na UE/ UEE/ ENE será dado, anualmente, conforme Portaria própria que regulamentará o Procedimento de Distribuição de Turmas/ Carga Horária e Atribuição de Atendimentos/ Atuação.

8.1 - Deverá participar do Procedimento acima o servidor que possuir Lotação Definitiva na CRE e Exercício Definitivo na UE/ UEE/ ENE no ano anterior e/ou advindo do Procedimento de Remanejamento Interno e/ou Externo, conforme Portaria própria.

8.2 - Os servidores que se enquadram no item 2, alínea "c", adquirirão Exercício Definitivo no ato da posse e deverão participar do Procedimento de Distribuição de Turmas/ Carga Horária e Atribuição de Atendimento/ Atuação.

9 - O Exercício Provisório será dado ao servidor:

a) na condição de Lotação Provisória;

b) remanejado a Pedido;

c) atuando em unidade parceira;

d) atuando diretamente na CRE e suas unidades administrativas jurisdicionadas;

e) atuando em anexos da CRE;

f) que não se enquadre no item 8.

9.1 - O servidor com Exercício Provisório deve participar do Procedimento de Remanejamento Interno ou Externo, para obter Exercício Definitivo.

9.2 - O servidor com Exercício Provisório deve ser devolvido à CRE/UNIGEP no final do ano letivo, caso não seja contemplado com bloqueio de carência no Procedimento de Remanejamento Interno ou Externo.

10 - Em caso de fechamento de turma e/ou atendimento/atuação da UE/ UEE/ ENE, devidamente comprovados pela SUBEB e/ou SUPLAV, ou em caso de extinção de UE/ UEE/ ENE, o(s) servidor(es), conforme modulação, considerado(s) excedente(s) deve(m) ser devolvido(s) à CRE/UNIGEP para ser(em) encaminhado(s) para novo exercício.

10.1 - O critério para devolução de servidor em caso de fechamento de turma e/ou atendimento/ atuação da UE/ UEE/ ENE, devidamente comprovados pela SUBEB e/ ou SUPLAV, será estabelecido em Portaria própria que regulamentará o Procedimento de Distribuição de Turmas/ Carga Horária e Atribuição de Atendimentos/ Atuação.

10.2 - O servidor encaminhado para novo exercício ficará na condição de Exercício Provisório na nova UE/ UEE/ ENE.

11 - Em caso de transformação de UE no interesse da Administração e ocorrendo alteração na oferta de turmas/ atendimentos/ atuação será realizado, excepcionalmente, para os servidores com Exercício Definitivo que possuírem habilitação compatível, novo Procedimento de Distribuição de Turmas/ Carga Horária e Atribuição de Atendimentos/ Atuação.

11.1 - Após o novo Procedimento de Distribuição de Turmas/ Carga Horária e Atribuição de Atendimentos/ Atuação, o servidor excedente será remanejado pela CRE/UNIGEP e ficará com Exercício Provisório em nova UE/ UEE/ ENE.

12 - No caso de transferência de etapa/ modalidade de ensino/ turmas e/ou atendimentos/ atuação de uma UE/ UEE/ ENE para outra, no interesse da Administração, o servidor será encaminhado para nova UE na condição em que se encontrava na anterior.

13 - Na alteração de vinculação da UE/ UEE/ ENE a outra CRE, o servidor em Exercício Definitivo na referida UE terá transferida sua lotação para a nova CRE.

13.1 - O servidor, na condição descrita no item 13, poderá solicitar manter a lotação na CRE anterior até quinze dias após a publicação da vinculação.

14 - Na alteração de vinculação de UE/ UEE/ ENE a outra CRE, o servidor em Exercício Provisório na referida UE/ UEE/ ENE terá transferida sua lotação para a nova CRE de vinculação e deverá participar do Procedimento de

Remanejamento Interno ou Externo, para obter Exercício Definitivo.

15 - O local de exercício do servidor que atua como itinerante ou cujo atendimento seja distribuído em polos será em uma UE/ UEE/ ENE a ser definida pela CRE, obedecendo aos itens 8 e 9 desta Portaria.

15.1 - Os servidores que se enquadram no item 15 deverão apresentar à chefia imediata, até o primeiro dia útil do mês subsequente, relatório contendo as atividades desenvolvidas em cada UE/ UEE/ ENE, atestado pelo(a) Diretor(a), ou seu substituto legal, constando, inclusive, o horário de entrada e saída da referida unidade, para fins de comprovação da frequência mensal.

CAPÍTULO III DA SOLICITAÇÃO DE DEVOLUÇÃO DE SERVIDOR

16 - A solicitação de devolução de servidor, mediante justificativa, será realizada por meio de Memorando expedido pelo chefe imediato e encaminhado ao superior hierárquico, obedecendo aos seguintes procedimentos:

16.1 - O memorando de solicitação de devolução deve conter a descrição dos fatos ensejadores da demanda, a documentação comprobatória do descumprimento dos deveres funcionais previstos no art. 180 da Lei Complementar nº 840/2011 e as ações realizadas previamente para solucionar os problemas que justificaram a solicitação.

16.2 - Notificação ao servidor, pela chefia imediata, para apresentar contrarrazões à justificativa da solicitação de devolução, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, sob pena de preclusão.

17 - O superior hierárquico, ao tomar conhecimento dos fatos, realizará oitiva prévia e, caso necessário, encaminhará memorando de solicitação de devolução à GMEC, com seu relatório, em que constem as ações realizadas, para análise quanto à possibilidade de procedimento de Mediação e agendamento de escuta.

18 - A GMEC realizará oitiva em procedimento de Mediação, nos termos da IN nº 02 de 25 de julho de 2016/ CGDF, que poderá ocorrer em até 03 (três) dias úteis após o recebimento do memorando de solicitação de devolução.

18.1 - A GMEC encaminhará ao superior hierárquico o relatório final da mediação, em até 03 (três) dias úteis após a Sessão de Mediação, para acolhimento da deliberação tomada pelas partes.

18.2 - Após a Sessão de Mediação, caso o resultado seja pela permanência do servidor na unidade, a solicitação deverá ser encaminhada para arquivamento. Caso o resultado seja pela devolução do servidor, aplicar-se-á o item 19.

19 - Para o servidor com exercício em UE/ UEE/ ENE, o superior hierárquico expedirá memorando de autorização de devolução que será encaminhado à CRE/UNIGEP, para providências quanto ao seu remanejamento. Para o servidor em exercício no âmbito de UA, o superior hierárquico expedirá memorando de autorização de devolução, que será encaminhado à GLM, para providências quanto ao seu remanejamento.

20 - Se os fatos apresentados não forem passíveis de mediação ou se a mediação for infrutífera ou, ainda, se uma ou ambas as partes não comparecer à Sessão de Mediação, a solicitação de devolução do servidor será encaminhada à Corregedoria da SEEDF e apreciada em Procedimento Administrativo Disciplinar, nos termos da Lei Complementar nº 840/2011.

21 - Durante o período de análise, deliberação da devolução e Procedimento Administrativo Disciplinar, o servidor deverá permanecer em exercício no seu local de atuação, salvo em casos de necessidade de afastamento preventivo, que deverão ser analisados pela Corregedoria da SEEDF.

TÍTULO III DO REMANEJAMENTO

22 - O Remanejamento Interno dar-se-á por meio de:

- a) Procedimento de Remanejamento;
- b) Permuta;
- c) a Pedido.

23 - O Remanejamento Externo dar-se-á por meio de:

- a) Procedimento de Remanejamento;
- b) Permuta;
- c) a Pedido;

24 - O Remanejamento para outro Órgão ou Instituição com os quais a SEEDF mantém vínculo após publicação e vigência de Acordo de Cooperação Técnica, Termo de Colaboração ou Fomento ou Portaria Conjunta, dar-se-á:

- a) a Pedido do Órgão ou Instituição, mediante justificativa e comprovação de atendimento de Plano de Trabalho vigente;
- b) a Pedido do Órgão ou Instituição, mediante justificativa e comprovação de atendimento de Plano de Trabalho vigente, de servidores devidamente aprovados em Processo Seletivo Específico.

25 - Os Pedidos mencionados nas alíneas "a" e "b" deverão ser protocolados e submetidos à apreciação da SUGEP.

26 - O remanejamento de servidores por força de Portaria Conjunta, Acordo de Cooperação ou Termo de Colaboração ou Fomento, somente será efetivado caso o servidor comprove 03 (três) anos de efetiva atuação em atividades de docência no âmbito da SEEDF.

27 - O Remanejamento para outro Órgão ou Instituição será efetuado após autorização expressa pelo Secretário de Estado de Educação.

28 - Caso o servidor autorizado esteja em regência de classe ou em atendimento/ atuação em UE/ UEE/ ENE, só poderá ser movimentado mediante substituição.

29 - Quando do término de vigência do Acordo de Cooperação Técnica, Termo de Colaboração ou Fomento ou Portaria Conjunta, o servidor remanejado deverá de imediato apresentar-se à GLM.

CAPÍTULO I DO PROCEDIMENTO DE REMANEJAMENTO INTERNO E EXTERNO

30 - O Procedimento de Remanejamento Interno e Externo ocorre anualmente, conforme regulamentação, por Edital próprio, a ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal e será disponibilizado e efetivado via internet, por meio do SIGEP.

31 - O servidor ao ser contemplado com bloqueio de carência no Procedimento de Remanejamento Externo, de acordo com sua carga horária de trabalho, de vinte ou quarenta horas semanais, adquirirá Lotação Definitiva na nova CRE.

32 - Caso o servidor opte por concorrer ao Procedimento de Remanejamento Interno e/ou Externo e seja contemplado com mais de uma opção, para a mesma carga (principal, secundária ou ambas), prevalecerá a última carência bloqueada e assumirá o exercício na UE/ UEE/ ENE para a qual foi contemplado, até o final do ano letivo.

32.1 - Excetua-se do item 32, o servidor que for contemplado com bloqueio na Educação de Jovens e Adultos ou na Educação Profissional, cuja oferta de ensino ocorre em regime semestral.

32.2 - Será permitida a atuação do servidor como Coordenador Pedagógico Local, caso se encontre em conformidade com o item 32, quando for escolhido para atuar na Coordenação Pedagógica da UE/ UEE/ ENE em que foi contemplado com o bloqueio da carência, respeitando-se Portaria própria que regulamentará o Procedimento de Distribuição de Turmas/ Carga Horária e Atribuição de Atendimentos/ Atuação.

33 - O servidor da Carreira Magistério Público investido em cargo em comissão ou em função gratificada poderá participar do Procedimento de Remanejamento Interno e/ou Externo, mas, obrigatoriamente, assumirá a carência bloqueada, em cumprimento ao item 32, e será exonerado do cargo em comissão ou dispensado da função gratificada até o primeiro dia de apresentação para o ano letivo de 2018.

33.1 - Excetua-se do item 33, o servidor que já ocupa cargo em comissão ou função gratificada na mesma UE/ UEE/ ENE para a qual for contemplado com o bloqueio da carência no Procedimento de Remanejamento, pois

será mantida a Lotação adquirida e o Exercício deverá seguir os itens 8 e 9 desta Portaria.

33.2 - O servidor que vier a ser nomeado para cargo em comissão ou designado para função gratificada, após o Procedimento de Remanejamento, em outra UE/ UEE/ ENE ou UA terá o procedimento tornado sem efeito.

34 - O servidor que foi contemplado no Procedimento de Remanejamento Interno ou Externo e, posteriormente, for eleito ou indicado e nomeado para cargo em comissão ou designado para função gratificada na mesma UE/ UEE/ ENE de bloqueio da carência no referido Procedimento, manterá a Lotação adquirida e o Exercício deverá seguir os itens 8 e 9 desta Portaria.

35 - O servidor que foi contemplado com bloqueio de carência no Procedimento de Remanejamento Interno ou Externo e participou do Procedimento de Distribuição de Turmas/ Carga Horária ou Atribuição de Atendimentos/ Atuação, adquirindo Exercício Definitivo, e vier a ser nomeado para cargo em comissão ou designado para função gratificada em outra UE/ UEE/ ENE ou UA, terá o Procedimento tornado sem efeito.

36 - O servidor que foi contemplado com bloqueio de carência no Procedimento de Remanejamento Interno ou Externo e participou do Procedimento de Distribuição de Turmas/ Carga Horária ou Atribuição de Atendimentos/ Atuação, adquirindo Exercício Definitivo, e vier a ser readaptado, ao longo do ano letivo, terá mantida a condição de exercício anterior na mesma UE/ UEE/ ENE ou poderá, caso seja de seu interesse, ser devolvido à CRE/UNIGEP, para ser encaminhado para novo exercício e terá a condição Exercício Provisório na nova UE/ UEE/ ENE.

37 - Em caso de fechamento de turma e/ou atendimento/ atuação ou caso a carência deixe de existir na UE/ UEE/ ENE, com a devida comprovação pela SUBEB e/ou SUPLAV, no ato do Procedimento de Distribuição de Turmas /Carga Horária ou Atribuição de Atendimento/ Atuação, o servidor que se apresentou, após ser contemplado no Procedimento de Remanejamento Interno e/ou Externo, será devolvido à CRE/UNIGEP, para ser encaminhado para novo exercício e terá a condição de Exercício Provisório na nova UE/ UEE/ ENE.

37.1 - Caso seja do interesse do servidor retornar à situação de lotação anterior ao Procedimento de Remanejamento e ter o seu remanejamento tornado sem efeito, deverá solicitar formalmente.

37.1.1 - A solicitação do servidor será submetida à deliberação da SUGEP.

37.1.2 - Caso autorizado tornar sem efeito o Procedimento de Remanejamento de servidor, este será encaminhado para novo exercício na condição de Exercício Provisório na nova UE/ UEE/ ENE.

38 - O servidor contemplado no Procedimento de Remanejamento Interno e/ou Externo não poderá ser movimentado, exceto nos casos devidamente autorizados de Remanejamento a Pedido, dispostos no item 52, permanecendo com a Lotação Definitiva adquirida.

39 - Após a realização do Procedimento de Remanejamento, o servidor contemplado deverá apresentar-se na nova CRE de Lotação Definitiva, conforme critérios estabelecidos em Edital próprio.

40 - Compete à SUMTEC em parceria com a SUGEP desenvolver e atualizar o SIGEP.

CAPÍTULO II DO REMANEJAMENTO INTERNO E EXTERNO POR PERMUTA

41 - Os Remanejamentos Interno ou Externo por Permuta poderão ocorrer entre dois ou mais servidores que se comprometerem a assumir as atividades por eles exercidas, com autorização prévia das respectivas chefias imediatas, observando-se, no ato da efetivação da permuta aos seguintes critérios:

- a) ser servidor da Carreira Magistério;
- b) estar em regência ou compondo um dos atendimentos/ atuação previstos na modulação da UE/ UEE/ ENE;
- c) possuir habilitações compatíveis com a regência de classe e/ou atendimentos/ atuação nos quais atuarão, se professores;
- d) ter Lotação Definitiva na CRE de exercício;
- e) possuir carga horária compatível com a atuação e a carga horária do permutante;
- f) ter Exercício Definitivo na UE/ UEE/ ENE, nos casos de Remanejamento Interno por Permuta.

41.1 - No Remanejamento Interno ou Externo por Permuta entre dois ou mais servidores readaptados, além dos itens acima, deverão ser observados, no ato da efetivação da Permuta, os seguintes critérios:

- a) todos devem compor uma das diversas atuações previstas na modulação, conforme Portaria própria; e
- b) possuir restrições laborais compatíveis com a atuação nas quais atuarão.

42 - A Permuta só poderá ser efetivada após o Procedimento de Distribuição de Turmas/Carga Horária e Atribuição de Atendimentos/ Atuação dos servidores interessados.

42.1 - A efetivação da Permuta fica condicionada à conclusão dos trabalhos dos servidores nas UE/ UEE/ ENE em que estiverem atuando.

43 - Será possível realizar Remanejamento Externo por Permuta entre dois servidores Remanejados a Pedido interessados na troca de lotação, sendo mantida a condição de Exercício Provisório na UE/ UEE/ ENE permutada.

44 - Será possível realizar Permuta entre servidores que estejam atuando em UA, desde que, obrigatoriamente, a Permuta seja para retorno às atividades de regência de classe ou para compor atendimentos/ atuação previstos na modulação de UE/ UEE/ ENE e observando-se no ato de sua efetivação o item 41, alíneas "a", "c", "d", e "e".

44.1- Sendo autorizada a Permuta, os servidores serão encaminhados na condição de Exercício Provisório.

45 - Caso a Permuta ocorra entre um professor em regência de classe e outro que compõe um dos atendimentos/ atuação previstos na modulação da UE/ UEE/ ENE, aquele deverá comprovar que se encontra apto para atuar no referido atendimento.

46 - O Remanejamento Interno ou Externo por Permuta poderá ser solicitado pelos servidores interessados a qualquer momento, mediante preenchimento de formulário próprio.

46.1 - A homologação do Remanejamento Interno ou Externo por Permuta será efetivada pela CRE/UNIGEP e GLM, respectivamente, nos quinze primeiros dias de cada semestre letivo, salvo em casos excepcionais que serão submetidos à análise e deliberação da SUGEP.

47 - Homologada a Permuta, será obrigatória a permanência dos servidores nas condições permutadas até o final do ano letivo em que ela ocorreu.

47.1 - Em caso de descumprimento dos itens 42 e 47, a permuta será tornada sem efeito e os servidores retornarão à sua CRE/UE/ UEE/ ENE de origem.

47.1.1 - Em caso de falecimento de um dos servidores torna-se dispensável a obrigatoriedade imposta no item 47.

47.2 - Se ocorrer de um dos permutantes aposentar-se até o final do ano letivo em que a Permuta ocorreu, esta será tornada sem efeito e os servidores retornarão à CRE anterior.

47.3 - Se ocorrer de um dos permutantes ser movimentado, exonerado, tomar posse em outro cargo público inacumulável ou, por qualquer outro motivo, deixar a vaga, até o final do ano letivo em que ela ocorreu, a permuta será analisada pela SUGEP e poderá ser tornada sem efeito, caso caracterizada má fé.

CAPÍTULO III DO REMANEJAMENTO INTERNO E EXTERNO A PEDIDO

48 - O Remanejamento Interno ou Externo a Pedido destina-se exclusivamente para atender à necessidade de serviços que não comporte o Procedimento de Remanejamento anual.

48.1 - O Remanejamento Interno ou Externo a Pedido será solicitado em formulário próprio, devidamente justificado e comprovado, nas seguintes situações:

- a) deficiência e/ou problemas de saúde do servidor, respaldado por parecer da SEPLAG/SUBSAUDE;
- b) pais ou responsáveis por dependentes deficientes, respaldado por parecer da SEPLAG/SUBSAUDE, desde que haja carência definitiva na CRE pretendida;

c) por motivos de segurança, relacionados ao ambiente escolar, desde que comprovados por meio de Boletim de Ocorrência devidamente registrado na Polícia Civil do Distrito Federal e por meio de registro escolar em Ata;

d) por motivos particulares, desde que haja carência definitiva na CRE pretendida;

e) atuação em atividades técnico-pedagógicas, devendo ser anexado parecer da chefia imediata ou superior(es) hierárquico(s) do setor pleiteado.

49 - O Remanejamento Interno a Pedido ocorrerá no âmbito da CRE.

49.1 - Os Remanejamentos Internos a Pedido são submetidos à autorização da CRE e condicionados à substituição do servidor que estiver em atividade de docência.

49.1.1 - Excetuam-se do item 49.1 os Remanejamentos Internos a Pedido que se encontram na situação prevista no item 48.1, alínea "e", pois serão solicitados pela CRE e submetidos à autorização da SUGEP e condicionados à substituição do servidor que estiver em atividade de docência, além de respeitar os limites da Portaria própria de Modulação.

49.1.1.1 - Caso a solicitação seja indeferida por parte da CRE e haja carência definitiva ou temporária, o servidor poderá interpor recurso junto à SUGEP.

50 - O Remanejamento Externo a Pedido ocorrerá de uma CRE para outra ou para UA no âmbito da SEEDF, sendo submetido à autorização da SUGEP e condicionado à substituição do servidor que estiver em atividade de docência, além de respeitar os limites da Portaria própria de Modulação.

51 - O servidor, ao ter autorizado seu remanejamento, ficará com a situação funcional de remanejado a Pedido e com Exercício Provisório na UE/ UEE/ ENE para a qual for encaminhado.

52 - Não poderá ser remanejado a Pedido interna ou externamente o servidor que houver participado do Procedimento de Remanejamento Interno e Externo, exceto nas situações previstas no item 48.1, alíneas "a", "b", e "c".

53 - O servidor que se encontrar remanejado externo a Pedido poderá ter sua devolução solicitada pela GLM a qualquer momento, para ser devolvido à sua CRE de Lotação Definitiva, por interesse da Administração.

54 - O servidor que se encontrar remanejado externo a Pedido poderá solicitar o retorno à CRE de Lotação Definitiva (CRE de origem), a qualquer momento, desde que haja carência definitiva ou temporária, respeitando-se o interesse da Administração, sendo condicionado à substituição.

54.1 - A homologação do retorno à CRE de Lotação Definitiva será efetivada pela GLM nos quinze primeiros dias de cada semestre letivo.

55 - Caso a CRE autorize e realize movimentação de servidor desrespeitando esta Portaria, a SUGEP solicitará abertura de processo sindicante para apurar as responsabilidades.

TÍTULO IV DAS CARÊNCIAS

56 - O servidor ocupante do cargo de Professor de Educação Básica poderá atuar em atividades de docência, para suprir carência definitiva ou temporária, no âmbito das UEs.

57 - O servidor ocupante do cargo de Pedagogo-Orientador Educacional poderá atuar na Orientação Educacional, para suprir carência definitiva ou temporária, no âmbito das UEs.

58 - Entende-se por carência definitiva a vaga decorrente de vacância do cargo.

59 - Entende-se por carência temporária a vaga decorrente de: turmas/ carga horária não escolhidas pelos servidores ou atendimento não atribuído a algum servidor no Procedimento de Distribuição de Turmas/ Carga Horária e Atribuição de Atendimentos, de acordo com Portaria própria; decorrente de abertura de turma/ atendimento/ atuação ao longo do ano letivo, devidamente autorizada pela SUBEB, SUPLAV e SUGEP; cessão, disposição ou por afastamentos do servidor previstos na Lei Complementar nº 840/2011; remanejamento interno ou externo, devidamente autorizado pela CRE ou pela SUGEP, respectivamente; readaptação; afastamento temporário, para desempenhar cargo em comissão ou função de confiança em outra UE ou UA; afastamento remunerado para estudos acima de seis meses; exercício de mandato político.

59.1 - Caso haja abertura de turmas/ atendimentos/ atuação devidamente autorizada pela SUBEB, SUPLAV e SUGEP, após as datas limites para abertura de carências para o Procedimento de Remanejamento ou caso haja carência remanescente do Procedimento de Remanejamento, estas serão ofertadas no Procedimento de Distribuição de Turmas/ Carga Horária e Atribuição de Atendimentos/ Atuação na UE.

60 - O servidor interessado em suprir carência de componentes curriculares especiais, atendimentos, em UEEs ou em ENEs, deverá ter habilitação(ões) devidamente cadastrada(s) no SIGRH e ter aptidão(ões) devidamente cadastrada(s) no SIGEP.

60.1 - Compete à SUBEB/ Coordenações acompanhar e/ou constituir banca examinadora para avaliar a aptidão do servidor, conforme previsto em Portaria própria.

61 - Os profissionais serão remanejados por força de Acordo de Cooperação Técnica, Termo de Colaboração ou Fomento, ou Portarias Conjuntas desde que cumpram os requisitos previstos nos instrumentos normativos celebrados entre os partícipes.

62 - As carências a serem ofertadas serão divulgadas aos servidores, de acordo com o cronograma contido em Edital próprio, e poderão ser visualizadas no SIGEP, no módulo Gestão/ Painel de Carências, nas CREs/UNIGEPs e nas UEs /UEEs/ ENEs.

62.1 - No Painel de Carências o servidor poderá visualizar todas as carências existentes no âmbito da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, desde as carências definitivas, temporárias e provisórias, àquelas que estão supridas por efetivos, por professores substitutos em contratação temporária, ou abertas.

TÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

63 - O servidor com carga horária de quarenta horas semanais atua:

a) no diurno (regime jornada ampliada); ou

b) no regime vinte mais vinte horas semanais, nos seguintes turnos: matutino mais vespertino; matutino mais noturno ou vespertino mais noturno.

63.1 - A permanência no regime do servidor mencionado no item 63 está condicionada à existência de carência no âmbito da CRE, garantindo a prestação do serviço educacional.

63.2 - A mudança de regime do servidor mencionado no item 63 só pode ser efetivada havendo carência no âmbito da CRE, garantindo a prestação do serviço educacional.

64 - O servidor com carga horária de vinte horas semanais atua de acordo com a carência existente no âmbito da CRE, garantindo a prestação do serviço educacional.

64.1 - Excetua-se do item 64, o servidor concursado para a carga horária de vinte horas semanais com turno específico.

64.2 - O turno de atuação do servidor mencionado no item 64 será definido pelo turno da carência.

64.3 - A mudança de turno do servidor mencionado no item 64 só pode ser efetivada havendo carência no âmbito da CRE.

65 - Os servidores que tiverem aptidão(ões) cadastradas no SIGEP e não forem contemplados com o bloqueio de carência no Procedimento de Remanejamento formarão um banco reserva de servidores aptos a atuar em atendimentos, componentes curriculares especiais, UEEs e ENEs.

66 - Após o Procedimento de Distribuição de Turmas/ Carga Horária e Atribuição de Atendimentos/ Atuação, terá assegurado o retorno ao Exercício de origem, o servidor afastado em virtude de:

a) férias regulamentares;

b) licença à gestante;

c) licença maternidade;

d) licença para atividade política, de acordo com o art. 137, da Lei Complementar nº 840/2011;

- e) licença para tratamento de saúde,
- f) licença por motivo de doença em pessoa da família;
- g) licença-prêmio por assiduidade;
- h) nomeação para cargo em comissão ou designação para função de confiança ou escolha para coordenação pedagógica local, no âmbito da mesma UE / UEE / ENE;
- i) licença remunerada para estudos, por até seis meses;
- j) licença paternidade;
- k) ausência em razão de casamento;
- l) ausência em razão de falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos;
- m) abono de ponto;
- n) abono TRE.

67 - No ato de posse, todas as carências definitivas deverão ser ofertadas, independentemente da CRE.

68 - A equipe gestora da UE/ UEE/ ENE poderá solicitar à SEPLAG/SUBSAUDE parecer sobre a capacidade laborativa de servidor, quando houver necessidade, mediante sua ciência.

69 - Os servidores remanejados às UPs respeitarão o contido nos Acordo ou Termo, no que couber.

70 - O servidor não poderá ser remanejado em desacordo com o disposto nesta norma.

71 - O Procedimento de Remanejamento Interno e Externo e o Procedimento de Distribuição de Turmas/ Carga Horária e Atribuição de Atendimentos serão regulamentados, respectivamente, por edital e portaria próprios a serem publicados no Diário Oficial do Distrito Federal.

72 - O servidor cujo afastamento pelos os artigos 145, 146, 147, 152, 157, 158, 159 e 161 da Lei Complementar nº 840/2011 for autorizada deverá apresentar Memorando de Devolução à GLM que, juntamente à SUGEP, expedirá Ofício de apresentação do servidor ao órgão.

72.1 - Quando do retorno do afastamento o servidor deve se apresentar à GLM.

73 - Aos servidores participantes e os responsáveis pela operacionalização destas normas, caso não sejam cumpridas, serão aplicadas, no que couber, as sanções disciplinares previstas na Lei Complementar nº 840/2011.

74 - Os casos omissos serão resolvidos pela SUGEP.

Este texto não substitui o publicado no DODF nº 172 de 06/09/2017